

Conselho investe no profissional



O Conselho Regional de Serviço Social tem como compromisso básico fiscalizar, normatizar, apoiar e orientar o assistente social. Além disso, a atual gestão do Cress 7ª Região está investindo no aprimoramento da formação e na capacitação dos profissionais. A entidade está convidando a categoria para conhecer melhor as atividades promovidas e compreender como e onde os recursos são aplicados. Vale destacar que a única fonte de recursos do Conselho é a anuidade paga pelos assistentes sociais. Saiba a importância de sua participação, seus direitos e deveres.

PÁGINAS 4-5

Evento do Neat reúne cerca de 50 assistentes sociais

Assembléia dos assistentes sociais

Educação

A inserção dos assistentes sociais nas escolas se faz cada vez mais necessária. A experiência de uma Gerência de Serviço Social Escolar, no Município de Campos dos Goytacazes, mostra que são muitos os desafios para desenvolver um trabalho consciente e transformador nessa área. Mas revela ainda que o trabalho do assistente social na Educação é uma conquista na direção de uma sociedade mais justa. Acompanhe as ações do Cress para tornar realidade a ocupação desse mercado de trabalho, que tem como principal objetivo garantir direitos e combater as desigualdades.



FOTO: ANAIR NIRO

7 SAÚDE

Documento esclarece as atribuições do Serviço Social na Saúde

6 DIREITOS HUMANOS

Sociedade precisa desmistificar esse tema

8 ENCONTRO

Acompanhe a cobertura do 31º Encontro CFESS/Cress

7 FISCALIZAÇÃO

A defesa do exercício profissional na atualidade

EDITORIAL

Nós, da atual gestão do Cress 7ª Região, temos trabalhado no sentido de atender cada vez melhor o assistente social. Mas entendemos que a construção de nossa entidade deve ser coletiva. Por isso, nas páginas centrais desta edição, publicamos uma matéria explicando para o leitor como funciona nossa entidade e a importância da sua participação. Constatamos que havia um percentual alto de inadimplência e isso dificulta as ações políticas do Conselho na defesa do exercício profissional, já que o Cress possui como única fonte de recursos o pagamento da sua anuidade. Além disso, precisamos lembrar que estar regularizado junto ao Conselho permite o exercício legal da profissão. Decidimos convidar toda a categoria para conhecer de perto como e onde são aplicados nossos recursos. Estamos investindo no aprimoramento da formação e na capacitação dos profissionais.

Direitos Humanos é o tema da entrevista com a assistente social e representante da atual gestão do Cress (RJ) Tânia Dahmer. A matéria mostra que é necessário desmistificar todo o preconceito, o temor e a indignação que ainda envolvem esse tema.

Ainda nessa edição você poderá conhecer a experiência de uma Gerência de Serviço Social implantada pela Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes e verificar o quanto a inserção dos assistentes sociais nessa área se faz necessária. Esse é um mercado de trabalho em que podemos dar nossa contribuição no enfrentamento das desigualdades sociais. Mais um motivo, portanto, para começarmos uma grande mobilização nesse sentido.

A responsabilidade pelo fortalecimento de nossa entidade é de todos nós, diretores e profissionais de base. Utilize nossa seção de cartas para sugerir temas para os próximos números do Práxis. Participe da próxima assembleia do dia 24 de outubro. Contamos com a sua presença para trabalharmos juntos.

A Diretoria

INFORMES

CURSOS

Uma das preocupações da diretoria atual do Cress (RJ) é contribuir para o aprimoramento da formação e capacitação dos assistentes sociais. Por isso está retomando a programação de cursos para os profissionais que são registrados no Conselho e estão com suas anuidades atualizadas. São duas modalidades de curso. A primeira modalidade terá sete aulas com a carga horária de 21h (3h por dia) e vai acontecer às quartas-feiras ao custo de R\$ 50,00. A segunda terá 14 aulas com a carga horária de 42h (3h por dia) e será às

sextas-feiras ao custo de R\$ 100,00. Direitos Humanos é o tema do curso de novembro, mas outros cursos estão previstos na área de Educação, Gestão de Políticas Sociais, Criança e Adolescente e Saúde entre outros. Vale destacar que o Cress 7ª Região está formando um cadastro de professores de todos os cursos de Serviço Social do Estado com o objetivo de contribuir com o conhecimento produzido nas faculdades públicas e privadas. Esses professores também deverão estar registrados e em dia com o Conselho.

FÓRUM DE DEBATES

O I Fórum de Debates de Políticas Públicas Para Pessoas Portadoras de Deficiência Física, que foi realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj entre os dias 16 e 21 de setembro, teve como um dos principais pontos a preocupação com a capacitação do deficiente para a inserção no mercado de trabalho. A coordenadora estadual para Assunto das Pessoas Portadoras de Deficiência, Olga Maria Tavares de Souza, mobilizou par-

ceiros e garantiu o sucesso do evento. A assistente social Ana Ruth se colocou à disposição para qualquer esclarecimento na área. O Cress participou do Fórum e surgiu a partir daí a possibilidade da criação de uma comissão, que só poderá ser implementada se houver interesse dos assistentes sociais que trabalham com pessoas portadoras de deficiência. O relatório com as resoluções e decisões desse fórum estarão disponíveis no Cress (RJ).

Assembleia

Será realizada no auditório do Conselho Regional de Serviço Social 7ª região a Assembleia Geral Ordinária e todos os assistentes sociais estão convidados a participarem. Serão discutidas as ações do Conselho e planejamento para o ano de 2003. Será feito o repasse e considerações à respeito das discussões e deliberações do encontro CFESS/Cress, realizado em setembro desse ano, em Brasília. Haverá deliberação sobre o valor da anuidade de 2003.

Sua presença é fundamental. Precisamos de sua opinião para fortalecer nossa entidade. Participe!

Dia 24 de outubro,
às 18h, no Cress

Para a nova Direção do Cress

Ao receber o Práxis 16, fiquei com um grande desejo de parabenizá-los pela qualidade e importância das informações enviadas, sobretudo a entrevista com a assistente social e professora da Uerj, Mione Apolinário, que, baseada em dados sobre a violência e as fragilidades às quais os jovens (em sua maioria pobres e negros) estão expostos, apresenta reflexões muito relevantes. Matérias como esta fazem com que o Cress cumpra seu papel de estimular os profissionais a terem acesso a dados e discussões que possibilitem uma prática sensível e eficiente, além de confirmar que nós, assistentes sociais, fazemos parte da parcela da sociedade que resiste ao avanço da barbárie neoliberal, acreditando que uma sociedade melhor é possível.

Nadia Maria Silva de Araújo.

CARTAS



EXPEDIENTE

PRÁXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL -
7ª REGIÃO - JUNHO / 2002

Presidente: Hilda Corrêa de Oliveira
Vice-Presidente: Mavi Pacheco Rodrigues
1ª Secretária: Rosely Reis Lorenzato
2ª Secretária: Marcio Eduardo Brotto
1ª Tesoureira: Vera Maria Ferreira Santos
2ª Tesoureira: Marinete Cordeiro Moreira

Suplentes: Andréa Cristina Alves Pequeno, Renato dos Santos Veloso, Rodrigo Silva Lima, Elisabete Amorim Leandro, Fátima Valéria Souza e Claudete Jesus de Oliveira

Conselho Fiscal: Eliziane Oliva Dourado, Magali da Silva Almeida e Sandra Regina do Carmo -
Suplentes: Italuana Guimarães Rosário, Tânia Maria Dahmer Pereira e Luciene da Rocha
Comissão de Comunicação: Marcio Eduardo Brotto, Renato dos Santos Veloso e Rodrigo Silva Lima.

Norte e Nordeste Fluminense - Delegado: Leonardo Marques Pessanha; Tesoureira: Junia de Souza Elias; Secretário: Surana Fonseca Monteiro. Suplentes: Marcelo Barbosa Carvalho, Mauci Isabel dos Santos e Tânia Elizabete Gonçalves
Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro
Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - Delegado: Ariane Rego de Paiva; Tesoureira: Angela Amélia Chaves de Sá; Secretário: Eliane Coimbra Farhat. Suplentes: Luciana Adriele do Nascimento, Cristiane Valéria da Silva Barvelo e Helenice Pereira Melo de Almeida
Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050
Telefax: (24) 342-6886

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)
Projeto Gráfico e Diagramação: Virgínia Aôr (MTB/RJ 18.588)
Ilustração: Carlos D
Impressão: Tipológica
Tiragem: 8.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822
e-mail: cressrj.ascom@apic.com.br

ACERVO BIBLIOGRÁFICO

O acervo bibliográfico do Cress já está à disposição da categoria desde o dia 13 de setembro. São vários títulos de interesse para o profissional de Serviço Social. O horário de funcionamento é de 9h30min às 17h, às sextas-feiras. Para ter acesso ao material, os interessados devem apresentar documento com foto.

CONGRESSO

O Serviço Social no Contexto da Descentralização da Assistência Oncológica: Construindo Estratégias de Inclusão. Esse é o tema do IV Congresso de Serviço Social em Oncologia que será realizado no Rio de Janeiro entre os dias 11 e 14 de novembro e terá como público alvo assistentes sociais e demais profissionais da área da saúde. O Cress faz parte da comissão organizadora do evento. As inscrições podem ser feitas na Rua Pinheiro Guimarães, 86, Botafogo, Rio de Janeiro, pelo telefone 2286 9711, pelo fax 2286 9648 ou pelo e-mail eventos@cmoevntos.com.br. As inscrições só serão aceitas mediante envio de comprovante de pagamento.

COMISSÕES TEMÁTICAS DO CRESS

- A Comissão Permanente de Ética se reúne todas as terças-feiras a partir da 14h no Cress 7ª Região. Denuncie! Participe!
- Foi criada nessa gestão a Comissão Sociojurídica com o objetivo de atender a demanda dos profissionais que atuam nessa área.
- Se informe na secretaria do Conselho sobre as comissões temáticas atuantes e participe. A sua contribuição é fundamental.

Serviço Social na Educação

A inserção do Serviço Social na Educação já é realidade em algumas cidades do país. No Estado do Rio de Janeiro, o Município de Campos dos Goytacazes conseguiu estar na vanguarda desse processo. De acordo com Fabiana de Araújo Leal, gerente de Serviço Social Escolar da Secretaria Municipal de Educação (SME), isso foi conquistado através da mobilização da categoria dos assistentes sociais e da vontade política dos governantes locais.

A Gerência de Serviço Social Escolar foi implantada pela SME, do Município de Campos dos Goytacazes em julho de 1999, com o objetivo de assessorar a comunidade escolar e familiar na promoção e proteção da grande demanda de necessidades que surgem no cotidiano, já que a escola é um dos espaços propícios para o desenvolvimento de ações preventivas e educativas. Para atingir esse objetivo, foi criada uma equipe multidisciplinar atualmente composta por sete assistentes sociais, duas psicólogas e uma fonoaudióloga.

“Educadores e assistentes sociais são profissionais que compartilham desafios semelhantes, ambos têm na escola seu ponto de encontro”. Essa é a opinião de Fabiana que afirma ser possível acenar para uma prática interdisciplinar, se for considerada a educação como práxis que se realiza concretamente na escola, e o Serviço Social enquanto disciplina profissional, que tem nas relações sociais seu objeto de atenção e faz da prática sócio-educativa o eixo básico de sua intervenção. Ela explica que o que irá consagrar o encontro interdisciplinar será a complementaridade recíproca entre as áreas e seus respectivos saberes.

Desafios

O desafio inicial desta Gerência, relata Fabiana, foi desenvolver um trabalho consciente e transformador, posto que o Serviço Social Escolar é uma área em constante transformação, tanto no campo teórico quanto no terreno da prática social. Ela acredita que o perfil desse trabalho se caracteriza por construir uma escola com uma visão social



FOTO: AMARINHO

maior, comprometida não somente com o saber, mas apreendendo o aluno como um todo, refletindo e conhecendo sua identidade, sua realidade social e procurando encurtar a distância do universo familiar e escolar.

Atualmente o projeto desenvolvido por essa gerência “Equipe Multidisciplinar: Parceria no Enfrentamento do Desafio do Futuro – Formar Cidadãos” tem como meta apoiar o professor na tarefa de refletir os problemas cotidianos da escola, tornando-o capaz de confrontar-se e renovar-se em suas atitudes perante as diferenças de seus alunos, através de diagnóstico e proposta de soluções e alternativas aos problemas sociais vividos por muitas crianças, adolescentes e dos próprios educadores. O processo de ensino-aprendizagem concretiza-se nas relações entre alunos (objetos de conhecimento), professor e sociedade, tendo como elemento central a construção de significados e ampliação de conceitos, fazendo reflexões e desestruturando pré-conceitos. É preciso construir uma ação pedagógica que possibilitará ao aluno a valorização do seu processo de aprendizagem, tornando-o cada vez mais próximo do conhecimento científico.

Fabiana destaca que o Serviço Social Escolar tem atuado no sentido de prevenir e minimizar os problemas que interferem na aprendizagem, tais como: problemas físico-emocionais, maus-tratos, alcoolismo, drogadição, entre outros. A equipe multidisciplinar faz a in-

tervenção de forma a detectar e encaminhar os casos identificados para o fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, pedagogo, assistente social, neuropediatra e para instituições públicas, privadas e assistenciais, a fim de atender às necessidades básicas de pais e alunos. São elaborados e executados projetos socioeducativos em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Promoção Social, Programa DST/Aids, grupo de Alcoólatras Anônimos, Juizado da Infância e da Juventude, Programa Resgate/Drogadição, Conselho Tutelar e outros. A proposta dessas parcerias é o desenvolvimento de um trabalho tanto curativo quanto preventivo de fatores condicionantes da saúde, da evasão escolar, problemas de indisciplina, vulnerabilidade às drogas, atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

Exemplos

Fabiana cita alguns exemplos como o de crianças e adolescentes com suspeita de uso de drogas que são encaminhados para o Programa Resgate, para avaliação e tratamento. Famílias são encaminhadas à Promoção Social para atendimento de suas necessidades básicas: bolsa de alimento, avaliação do nível de higiene e estrutura das moradias. Partindo da premissa de que o trabalho é essencialmente voltado para que as crianças e os adolescentes dêem continuidade aos estudos, há todo um trabalho buscando intervir nos problemas

la do país. O projeto já teve parecer jurídico favorável do CFESS e o Cress (RJ) enviou um documento à Câmara solicitando voto favorável à sua aprovação.

A gestão do Cress está atenta ao movimento crescente de demandas na área educacional e conta com a participação da categoria nessa luta por mais um mercado de trabalho, onde o assistente social pode e deve dar sua contribuição. Participe das discussões!

sociais que interferem no aprendizado. Os profissionais dessa Gerência estão sempre avaliando as intervenções junto à comunidade escolar e procurando novas alternativas institucionais para o enfrentamento destes problemas, com medidas e programas que possam significar resoluções imediatas. Mas há questões que são decorrentes do modelo socioeconômico vigente e a partir daí, o que se pode garantir, avalia Fabiana, é um trabalho constante de conscientização que permita o exercício da democracia e da cidadania, levando os pais, as crianças e os adolescentes a conhecerem seus direitos e o caminho para o enfrentamento.

Uma escola presente

A filosofia de educação, implementada na atual gestão da secretária Municipal de Educação, Maria Auxiliadora Freitas, é de uma “Escola Presente – de Olho na Vida”, em que a educação é vista de forma integral e coletiva. Uma Escola “Includente”, um espaço democrático de compromisso com a socialização e a qualificação. Uma escola presente em todas as dimensões da construção humana, que se revela como um espaço amplo: cultural, intelectual, artístico, afetivo e social. Dentro desta filosofia, a implantação do Serviço Social Escolar fez-se realidade. Segundo Fabiana, essa visão ampla e ousada é que tem colocado Campos na vanguarda do processo educativo do país. Ela acredita ainda que a partir dos resultados que estão sendo obtidos no município, é possível sensibilizar outras prefeituras para fazer o mesmo. A assistente social afirma que se isto não for suficiente, um movimento da categoria (Serviço Social), com o apoio de universidades, pode ajudar nesse processo.

A inserção dos profissionais de Serviço Social neste campo de atuação impõe uma tarefa/desafio, que é o de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional da educação, que tem como um dos princípios fundamentais de seu Código de Ética Profissional o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens de serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. O que significa que precisamos empreender uma construção coletiva (enquanto categoria profissional) que será caracterizada por caminhos e experiências diferenciados, mas com o mesmo propósito.

AÇÕES DO CRESS

O Decreto nº 19904, que cria grupo que definirá estrutura de apoio às escolas e/ou às CREs, de 16/05/2001 e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro no dia seguinte ainda não foi implementado. O art.2º desse Decreto, assinado pelo prefeito César Maia, deixa claro que “cada escola conte com um assistente social para dar apoio às tarefas ex-

tensivas especialmente o contato com as famílias dos alunos por razões de inadaptação”. A direção do Cress, assim que tomou conhecimento desse decreto enviou um ofício à Prefeitura apoiando e solicitando a urgência dessa implementação.

Há também um Projeto de Lei nº 003688/00 que tramita na Câmara dos Deputados e dispõe sobre a introdução obrigatória do assistente social no quadro de profissionais de educação em cada esco-

Conselho Regional de Serviço Social

Conheça melhor o que a sua entidade faz e a importância da sua participação

Os Conselhos profissionais possuem delegação do Estado para orientar, normatizar e fiscalizar o exercício das profissões. São entidades de natureza pública que têm como base a atenção que a profissão precisa dar à sociedade defendendo a legalidade e a qualidade do exercício profissional. O Conselho Regional de Serviço Social foi instituído pela Lei nº 3.252/57, revogada pela Lei 8.662/93 com a finalidade de normatizar, orientar e fiscalizar o exercício da profissão de assistente social.

De acordo com a legislação vigente, o exercício da profissão requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do profissional de Serviço Social. Vale lembrar que esse registro, também chamado de inscrição pelo Cress, só é obrigatório para quem irá desenvolver atividades ou funções atribuídas ao assistente social. Isso significa que para exercer a profissão de assistente social é necessário efetivar a inscrição no Cress, caso contrário, a pessoa estará exercendo ilegalmente a profissão, sujeitando-se a responder processo ético e/ou disciplinar e a ter suspenso o seu exercício profissional.

Anuidade

A inscrição no Conselho implica no pagamento das anuidades. Isso está previsto no Artigo 13 da Lei que regulamenta a profissão. "A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os assistentes sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos, em regulamentação baixada pelo Conselho Federal em deliberação

conjunta com os Conselhos Regionais". Não quitar a anuidade constitui infração disciplinar passível de penalidades, de acordo com a alínea c, Art 22 do Código de Ética.

Estar em dia com as anuidades garante que a política de fiscalização seja amplamente implementada, protegendo os assistentes sociais de falsos profissionais e garantindo que o mercado do profissional de Serviço Social

seja preenchido com quem tenha qualidade técnica e esteja envolvido com os princípios éticos da categoria. Mas não é demais ressaltar que para cumprir sua função o Conselho dispõe como única fonte de recursos o pagamento dessas anuidades. Também é necessário esclarecer que esse pagamento tem caráter compulsório e o Conselho não possui o poder de anistiá-lo, estando sujeito a normas do Có-

digo Tributário Nacional.

Atualmente o Cress possui 14.583 inscritos e cerca de sete mil assistentes sociais ativos (em dia e em negociação com o Conselho). Mas, infelizmente, o percentual de inadimplência chega perto dos 40%. A nova diretoria tem reunido esforços no sentido de combater essa inadimplência, informando a categoria sobre os procedimentos legais a serem tomados, facilitando o pagamento das

anuidades. A os profissio sados em co recursos são

Se o pr cendo a pro qualquer mo seu registro ser feito atra escrito no Cress, pois fissional per de efetuar volte a exerc a reinscriã atento para e sua inscriã çã através d

A regu Conselho po à vista ou p vezes. Vale empenhado facilitem a q res, mas o s dade é funda ser feito. Dir à disposição vidas em re ção, cancela dades. O for de responsa pe, contribu tões e crítica ao Conselho fissão. Não comprovant anuidade pa teira.

Uma diretoria atuante

Fiscalizar, normatizar, apoiar e orientar o assistente social são os compromissos básicos que a diretoria que está à frente do Cress deve cumprir. A atual gestão do Conselho também está trabalhando para desenvolver essa ação de fiscalização dentro de uma concepção ampla com base no Código de Ética, na Lei que regulamenta a profissão e na política nacional de fiscalização (1999) privilegiando o enfoque preventivo e incentivando a capacitação profissional. Uma das preocupações da diretoria atual do Cress (RJ) é contribuir para o aprimoramento da formação e capacitação dos assistentes sociais. Por isso está retomando a programação de cursos para os profissionais que são registrados no Conselho e estão com suas anuidades atualizadas (ver detalhes na pág.2).

Promover palestras, debates, seminários e conferências com o objetivo de estimular a capacitação profissional têm sido uma das linhas de atuação do Cress. Discussões sobre as novas diretrizes curriculares que o MEC (Ministério da Educação e Cultura) está

tentando implantar e que podem enfraquecer o curso de Serviço Social têm estado na ordem do dia. Também continua sendo feito o trabalho de acompanhamento de concursos, desde a assessoria às instituições e elaboração de editais até as convocações e prorrogações. Outra preocupação do Cress é envolver as comissões temáticas do Conselho no planejamento e desenvolvimento de ações, em todas as fases, atuando de forma articulada. Vale destacar que foi criada nesta gestão a comissão sociojurídica para atender a demanda dos profissionais que estão atuando nessa área (Desipe, Degase e nas Varas do Tribunal de Justiça entre outros).

Atividades

É importante ressaltar que não se pode confundir as atividades desenvolvidas pelo Conselho com atividades sindicais. Negociações sobre acordo coletivo de trabalho, definição de piso salarial e questões salariais de modo geral, por exemplo, são atribuições sindicais. Isso não impede que o Conselho dê respaldo, através da fiscalização, à mobilização de assistentes so-

ciais pelo cumprimento de uma carga horária justa e salários compatíveis com a atividade desenvolvida pelos profissionais. Vale lembrar que um grande número de assistentes sociais é filiada aos chamados sindicatos por ramo de atividade como o Sindsprev (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência) e o Sintrasef (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Federal).

Alguns assistentes sociais, por falta de informação, insistem em dizer que não vão pagar o Cress alegando que desconhecem o que o Conselho está fazendo por eles. Procedendo assim, esse profissional além de estar exercendo a profissão ilegalmente, está contribuindo para impedir que o Cress possa investir recursos na ampliação da política de fiscalização, ou seja, na defesa de todos os assistentes sociais.

Participe das atividades promovidas pelo Cress e conheça de perto o que a entidade tem feito pela categoria e onde aplica a verba obtida através da sua anuidade. O Conselho Regional de Serviço Social está aberto a todos. Cumpra com o seu dever e saiba tudo sobre os seus direitos como assistente social.

NEAT

As alterações no mundo do trabalho têm trazido grandes desafios aos assistentes sociais que atuam no espaço empresarial, tanto no que se refere à intensificação do trabalho quanto à qualificação requerida pela introdução da polivalência e multifuncionalidade. Os assistentes sociais passam pelo desafio de enfrentar esse quadro de alterações no mundo do trabalho, de decifrar as novas demandas do trabalhador, as novas requisições do capital e, ao mesmo tempo, atender aos princípios

ético-políticos da categoria. Para enfrentar esses desafios, foi criado o Núcleo de Estudos e Assessoria ao Trabalho dos Assistentes Sociais de Empresa (Neat).

O indicativo para a criação do Neat foi feito no I Encontro de Assistentes Sociais de Empresas Públicas e Privadas do Estado do Rio de Janeiro, realizado pelo Cress 7ª Região no dia 26 de setembro de 2001. Foi eleita uma comissão que se encarregou de elaborar o regulamento do Núcleo, definir a primeira coordenação e elaborar o programa de trabalho.

A comissão iniciou o trabalho que deu origem ao regulamento do Neat e ao planejamento de suas atividades. Os objetivos definidos para o Núcleo, explicitados em seu regulamento são:

- I. Estabelecer um intercâmbio permanente entre Assistentes Sociais que atuem e pesquisem na área do Trabalho e Empresas, propiciando um espaço de troca entre os diferentes saberes, contribuindo para a capacitação continuada desses profissionais.
- II. Analisar criticamente as demandas reais e potenciais, apresentadas ao



Primeiro evento do NEAT

Serviço Social, discutindo, aprofundando e sistematizando o trabalho dos Assistentes Sociais articulando-

o com volvan III. Asses ção e l bre o t ais que rando tamen 1998. IV. Socia blicaç pelo N No organizo

o Social

participação

14.583
stentes
ciação
ente, o
ga per-
reuni-
er essa
categoria
serem
to das

a carga
patíveis
a pelos
que um
sociais
atos por
ndsprev
da Saú-
f (Sindi-
Serviço

ais, por
em dizer
legando
Conselho
ndo as-
de estar
lmente,
ir que o
na am-
ção, ou
ssisten-

promo-
perto o
catego-
da atra-
lho Re-
aberto a
er e sai-
s como

FOTOS: ARQUIVO CRESS



profun-
balho
ando-

anuidades. A entidade está aberta para os profissionais que estiverem interessados em compreender melhor como os recursos são empregados.

Cancelamento do Registro

Se o profissional não estiver exercendo a profissão poderá requerer, a qualquer momento, o cancelamento do seu registro profissional. Mas isso deve ser feito através de um requerimento por escrito no setor de atendimento do Cress, pois se tal não acontecer, o profissional permanecerá com a obrigação de efetuar o pagamento anual. Caso volte a exercer a profissão, deve ser feita a reinscrição. Por isso é preciso estar atento para evitar o constrangimento de sua inscrição na Dívida Ativa e cobrança através de execução fiscal.

A regularização do pagamento ao Conselho pode ser feita em pagamento à vista ou parcelamento em até cinco vezes. Vale lembrar que o Cress está empenhado em negociar formas que facilitem a quitação de débitos anteriores, mas o seu comparecimento à entidade é fundamental para que isso possa ser feito. Diretores e funcionários estão à disposição para esclarecimento de dúvidas em relação à inscrição, reinscrição, cancelamento e pagamento de anuidades. O fortalecimento do Conselho é de responsabilidade de todos. Participe, contribuindo com opiniões, sugestões e críticas. Estar regularizado junto ao Conselho é exercer legalmente a profissão. Não esqueça de guardar os seus comprovantes de pagamento, pois a anuidade paga deve ser anotada na carteira.

o com questões mais gerais que o envolvam e o determinem.

III. Assessorar a Comissão de Orientação e Fiscalização do Cress (RJ) sobre o trabalho dos Assistentes Sociais que atuam em empresas, considerando os itens e o formato do levantamento realizado pelo Cress em 1998.

IV. Socializar, através de eventos e publicações, o trabalho desenvolvido pelo Núcleo.

No dia 25 de julho de 2002 o Neat organizou seu primeiro evento: um en-

Esses são apenas alguns eventos e atividades que contam com a participação ou promoção do Cress

Descentralizado

O Encontro Descentralizado, que acontece anualmente, é um encontro preparatório para o Encontro Nacional do Conjunto Cress/CFESS e acontece em todas as regiões do país. Em 2002 o Encontro Descentralizado da região Sudeste foi realizado no Rio de Janeiro, em agosto, com a participação de representantes do Cress (RJ), Cress (MG), Cress (ES), Cress (SP), CFESS, Abepss e Enesso. Na mesa de abertura a assistente social e professora da UFRJ, Marlise Vinagre (representante do CFESS), destacou a importância desse primeiro Descentralizado, após a posse das novas diretorias, no sentido de avançar com maturidade e democracia no compromisso e reafirmação do projeto ético-político da categoria.

O Encontro apresentou um debate qualificado sobre "O processo eleitoral do país e o projeto ético-político do Serviço Social". Outro debate que ganhou destaque foi sobre "As violações do MEC às Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social – Ameaças ao Projeto Ético-Político".

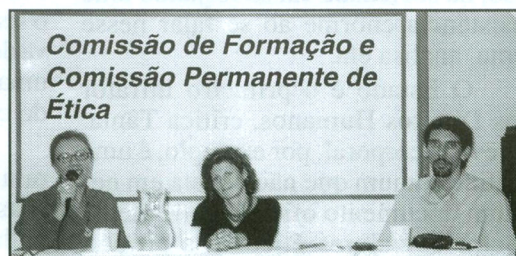
contro aberto para assistentes sociais de empresa, estagiários e pesquisadores, enfocando o tema "O trabalho dos Assistentes Sociais em Empresas: O atendimento social". Foram apresentadas experiências de duas empresas, uma pública e outra privada, bem como considerações teóricas sobre o Serviço Social, seguida de debates. No evento, foi apresentado o Neat oficialmente, com a distribuição do regulamento e fichas de inscrição para os interessados em se tornarem membros do Núcleo. Compareceram ao evento cerca de 50 assistentes sociais, que

Fique Ligado!



Conferência

Ética, Direitos Humanos e Questão Social. Esse foi o tema abordado na conferência da assistente social e professora da Puc/SP, Lúcia Barroco, no auditório do Cress. Esse foi o primeiro evento promovido pela Comissão Permanente de Ética em conjunto com a Comissão Formação da atual



gestão do Conselho. A assistente social e professora, Yolanda Guerra fez comentários sobre o tema que foi seguido de debate. Vale destacar que a Comissão Permanente de Ética do Cress está se reunindo toda terça-feira, a partir das 14h.



participaram ativamente dos debates e sugeriram temas para os próximos encontros.

Os encontros promovidos pelo Neat têm o objetivo de instrumentalizar os assistentes sociais que atuam em empresas públicas ou privadas, setor de RH e Saúde do Trabalhador. A coordenação atual do NEAT é composta pelas assistentes sociais Ana Ventura (coordenadora geral); Adriana de Azevedo, Elziane Dourado, Gisele da Silva Mattos, Maria Magdala Silva, Sandra Regina do Carmo e Sara Granemann.

Seminário

O Cress esteve presente na organização e promoção do II Seminário sobre Políticas Públicas da Área Social em Niterói que teve como tema "A Reforma do Estado e a Descentralização das Políticas Públicas: Os Caminhos para uma Prática Intersetorial". Esse Seminário teve como um dos principais objetivos refletir sobre a necessária articulação entre as diferentes instituições e segmentos que prestam assistência à população em Niterói. Foram apresentados vários trabalhos que tiveram como meta socializar idéias e estimular o intercâmbio e troca de experiências.

Gênero e Etnia

A Comissão de Gênero e Etnia promoveu o debate "A criança, o adolescente e as drogas: um recorte de gênero, raça e etnia". A mesa foi coordenada pela assistente social Nádia Maria de Araújo e composta por Elza Velloso (assistente social da Fia), Ivanir dos Santos (presidente do Ceap) e Tereza Maria da Silva (assistente social da SMDS e presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente).

Saúde

A Sub-Comissão de Saúde do Cress 7ª região marcou a retomada de suas atividades com um debate sobre as principais questões postas ao Serviço Social na área de Saúde. O evento contou com a participação da assistente social e professora Maria Inês Bravo.

Mais

São muitos os eventos e atividades que a diretoria do Cress, desde que tomou posse em maio desse ano, tem participado. Entre eles podem ser destacados: a participação/apoio ao Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social, o acompanhamento da Emenda Constitucional da deputada federal Jandira Feghali sobre o duplo vínculo na Saúde, o acompanhamento da implementação da Lei das 24 horas para assistentes sociais do Estado, a participação na Comissão do Simas e na discussão do documento sobre Atribuições do assistente social na saúde. Vale a pena citar ainda os encontros de estudantes universitários para conhecer o Cress, suas atribuições e seu funcionamento.

Sociedade precisa vencer o temor, o preconceito e a indignação



Tânia Dahmer

“É difícil falar de Direitos Humanos para uma sociedade revoltada com a situação atual de violência e que não acredita em uma cultura de Direitos Humanos”. Essa afirmação é de Tânia Maria Dahmer Pereira, assistente social do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho e membro da atual gestão do Cress 7ª Região. A cultura prisional instituída é vingativa, e quer o preso isolado. Mas, na opinião de Tânia, quem recebe uma pena já tem como maior castigo ser privado da liberdade que, depois da vida, é o maior bem do ser humano. Esse preso tem deveres, mas também direitos. Estará sujeito a sanções, mas terá direito à comunicação com o mundo exterior, por exemplo.

Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração dos Direitos do Homem e, em 1955, na Convenção de Genebra foram definidas as regras mínimas de tratamento dos reclusos. No Brasil, principalmente no período da ditadura militar, em que o número de presos políticos aumentou muito, essas regras mínimas foram completamente ignoradas. Só no início da década de 80 é que foi concretizada a lei de execução penal no país (Lei 7.210). Esse período coincidiu com a abertura política e com as primeiras eleições, depois de um longo período de sucessivos governos militares. Familiares de presos, representantes do movimento social organizado e alguns políticos se basearam na

legislação para garantir os direitos à população do cárcere. Foram criadas, a partir daí, algumas comissões de Direitos Humanos.

De acordo com Tânia Dahmer, a leitura que é feita dos Direitos Humanos atualmente, é que esse é um direito de bandidos. “Os Direitos Humanos não são vistos como algo que pertence a todos”, diz. Ela explica que os Direitos Humanos passam a ser uma doutrina própria dessas comissões, descolada do real. É como se fosse um anúncio feito por um grupo de pessoas e que não pode ser concretizado, explica a assistente social. Um grande preconceito cultural ainda cerca qualquer tipo de assunto ligado ao sistema penitenciário, pois não é uma cultura boa, do ponto de vista dos valores éticos. Por isso, na sociedade vai se forjando uma resistência enorme ao se falar nesse tema, analisa ela.

O Estado é o primeiro infrator dos Direitos Humanos, critica Tânia. A revista corporal, por exemplo, é uma prática comum que não consta em nenhum documento oficial, e que atenta contra os valores éticos e a própria Constituição. O governo é o último a implementar recursos como a utilização de cachorros farejadores e detectores de metais para evitar a revista corporal. “Não há interesse da sociedade e das autoridades em implantar uma cultura de direitos humanos”, avalia a assistente social.

Crescimento da Criminalidade

O avanço das políticas neoliberais, implementadas nas últimas décadas, promoveu o enjugamento das políticas públicas e teve como uma das consequências o crescimento do narcotráfico. O crime organizado cresce cada vez mais e se empresaria. Tânia avalia que o empobrecimento da população e a cri-

se econômica do país interferem diretamente na economia ilícita do narcotráfico, que oferece salários altos para quem está disposto a entrar no mundo do crime. Ela acredita que é hipocrisia dizer que a criminalidade só tem o lado perverso. O mundo capitalista consegue fazer florescer a economia “lícita” através de várias indústrias que se aproveitam da criminalidade como é o caso das empresas ligadas ao ramo de blindagem de carros, trancas, grades e armamentos. Além de outros segmentos como o da construção civil (várias prisões são construídas e reformadas), cursos de defesa pessoal e pesquisas entre outros. Há também, acrescenta a assistente social, a geração de empregos e licitação de empreiteiras para atuar nas prisões de todo o país. A compra de material para abastecer todo o sistema penitenciário é mais uma prova de que existe a movimentação de toda uma indústria em cima do crescimento do crime organizado.

O aumento da criminalidade retira um número cada vez maior de pessoas da sociedade e do mercado de trabalho levando à lotação das prisões. Mas as pessoas precisam compreender, segundo Tânia, que o encarceramento é o final da linha, pois esse preso já construiu outras formas de socialização dentro da criminalidade. O Estado passa a ter a custódia desse preso e precisa assegurar sua integridade e na ótica da sociedade recuperá-lo. Por estar sob a proteção do Estado ele adquire direitos, como, por exemplo, o de ter quatro refeições por dia. Isso acaba gerando a indignação do cidadão comum, que tem os seus salários aviltados por uma política econômica agressiva e, na maioria das vezes, não consegue fazer nem uma boa refeição por dia.

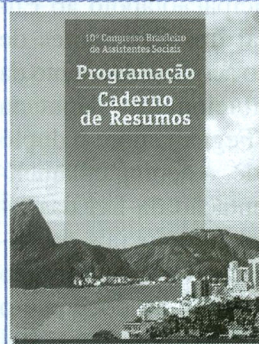
A assistente social revela que não há uma política pública de recursos humanos nas prisões e quando se ensaia

é improvisada. Os agentes penitenciários, por exemplo, não têm uma formação, não têm um ofício. A questão da formação, acredita ela, poderia alterar, a médio e longo prazo, a qualidade da relação entre funcionários e população carcerária através de uma ação disciplinadora pautada em outros valores que não são o do autoritarismo, da submissão e hierarquia.

A defesa dos Direitos Humanos aparece como uma demanda emergente do Serviço Social. Os direitos humanos não devem ser violados dentro do sistema penitenciário. Os assistentes sociais que exercem papéis estratégicos na mediação ao acesso aos direitos, devem denunciar (devidamente instrumentalizados) toda e qualquer violação dos direitos humanos junto aos órgãos competentes em âmbito nacional e internacional. Além disso, alerta Tânia, o profissional de Serviço Social precisa fazer um questionamento diante da cultura da prisão e da visão que a sociedade tem dessa criminalidade. Ela avalia que é preciso estar atento para redimensionar os objetivos profissionais diante do contexto que se apresenta a todo momento como, por exemplo, o aumento de jovens presos com menos de 25 anos. Ela também acredita que o assistente social deve analisar o crime como instrumento de opressão, repressão e submissão, que reforça um pensamento conservador nas elites e nos órgãos de repressão.

De acordo com Tânia, é necessário desmontar essa ética da criminalidade, mostrando que os marginais têm dinheiro, mas nunca serão aceitos pela elite. “O crime não transforma a sociedade em uma sociedade mais justa e igualitária”. A sociedade precisa discutir mais para desmistificar todo o preconceito, o temor e indignação que ainda existe sobre esse tema.

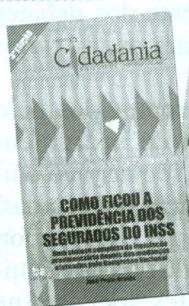
PUBLICAÇÕES À VENDA NO CRESS



▶ **Caderno de Resumos do CBAS**
R\$7,00



▶ **Assistente Social: ética e direitos, 4ª edição**
R\$ 13,00

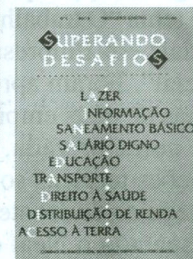


▶ **Caderno Cidadania**
R\$ 3,00



▶ **Agenda 2003** R\$ 15,00

▶ **Cadernos ABONG** R\$ 3,00



▶ **Superando Desafios**
R\$ 11,00

▶ **Revista Inscrita**
R\$ 10,00



▶ **Revista Fórum**
R\$ 5,00



▶ **Código de Ética do Assistente Social Lei 8662/93**
R\$ 3,00

Estado de Cair...
de Cair...
estar na...
acordo...
gerente...
Secreta...
(SME),...
mobiliz...
tes soc...
govern...

A...
colar f...
Municí...
em julh...
assesso...
miliar n...
de dem...
gem no...
dos esp...
viment...
educati...
foi cria...
atualme...
tes soc...
fonoau...

“E...
são pro...
desafio...
escola...
a opini...
possív...
interdis...
educaç...
concret...
Social e...
que tem...
to de a...
educati...
venção...
sagrar o...
a compl...
áreas e...

O...
relata F...
balho c...
que o S...
em con...
campo...
prática...
desse tr...
truir un...

O...
que defi...
e/ou às...
no Diár...
Janeiro...
implem...
sinado p...
ro que...
tente so...

Atribuições do Serviço Social na Saúde

Em julho desse ano foi produzido, no município do Rio de Janeiro, um documento sobre as atribuições do Serviço Social na área de Saúde. A principal característica desse documento é o seu caráter democrático e participativo, já que estiveram presentes na discussão representantes da Comissão de Estudos e Acompanhamento do Simas (Sistema Municipal de Assistência Social), da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e pelo colegiado de representantes das coordenações de Área Programáticas. Esse grupo, responsável pela elaboração do documento, decidiu que ele seria válido para toda a rede SMS.

Vale ressaltar que o documento procura dar visibilidade à profissão e, ao mesmo tempo, busca listar as principais demandas que o Serviço social responde. O Cress apoiou e participou ativamente das reuniões para elaboração desse documento. Um dos desafios que a conjuntura atual põe à profissão é dar visibilidade ao Serviço Social nas suas mais variadas áreas de inserção.

O documento foi produzido atendendo à solicitação da assessoria de Recursos Humanos às coordenações de áreas sobre as devidas atribuições. Mas para entender melhor o contexto em que foi produzido o documento é preciso destacar que a categoria de Serviço Social já vinha se reunindo desde março de 2002, para que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento social (SMDS) apresentasse a Lei do Simas (Lei 3343, de 28/12/2001). Esses assistentes sociais detectaram que esta Lei apresenta vários pontos contraditórios e equivocados a serem esclarecidos. Por isso, depois de algumas reuniões da categoria, foi realizada uma assembléia (abril/2002) em que, entre outras providências, foi eleita uma Comissão de Estudo e Acompanhamento do Simas para representar os assistentes sociais lotados na SMS, que é composta por representantes de hospitais, PAM's, policlínicas, institutos, postos de saúde, Conselho Municipal de Saúde e entidades representativas da categoria (Conselho Regional e sindicato) para discutir a implementação desse Sistema Municipal.

Depois de outras reuniões foi criado um colegiado de trabalho de assistentes sociais repre-

sentantes das dez Coordenações de Áreas Programáticas (Cap's) da SMS. Esses dois grupos deram início a uma ação conjunta, com o objetivo de materializar as atribuições dos assistentes sociais na área de saúde. Esse colegiado garantiu a discussão e elaboração de documentos com os assistentes sociais lotados nas unidades de saúde.



Elaboração

Para elaborar o documento o grupo responsável se baseou na Constituição Federal, 1988, artigos 196 e 198.

O grupo também considerou o Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, Anais, 1987, em que mostra o conceito de saúde como "resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso à posse de terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas".

As competências e atribuições do assistente social firmada na Lei 8.662/93 (que regulamenta a profissão de assistente social), nos artigos 4º e 5º e os princípios fundamentais do Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais (1993) também foram base para a elaboração do documento.

As atribuições do assistente social na área de saúde estão em plena conformidade com as leis fundamentais ao exercício profissional. É preciso destacar que a inserção do profissional de Serviço Social tem ocorrido nos níveis assistenciais (primário, secundário e terciário) e suas atividades abrangem tanto o atendimento direto aos usuários quanto o nível gerencial, seja este local (unidades de saúde e coordenação de área) ou central.

O documento sobre as atribuições do assistente social na área de saúde será aproveitado em vários fóruns de discussões sobre a Saúde. A proposta é ampliar esse documento para todo o Brasil.

Fiscalização do exercício profissional na atualidade

O documento sobre as atribuições do Serviço social na área da saúde não deve ser visto apenas como resposta da

categoria a uma velha questão: o que é que o Serviço Social faz? Velha questão porque a permanente dúvida sobre o que é, ou o que faz o Serviço Social, se confunde com a histórica subalternidade desta profissão. Subalternidade requerida não só pelos empregadores dos assistentes sócias, mas compartilhada também por agentes profissionais que tomam o Serviço Social como uma profissão menor e que confundem a prática profissional com o mero cumprimento de tarefas ou com uma forma de caridade.

Aliada a esta velha questão existe um elemento novo que deve ser salientado. Elemento que afeta não somente a área da saúde, mas todas em que atuam o profissional de Serviço Social, já que corresponde as alterações processadas no mercado profissional decorrentes, em última instância, da destruição do Estado de Bem-Estar Social empreendida de forma sistemática pelo governo Fernando Henrique Cardoso, desde o seu primeiro mandato. A destruição do nosso frágil Welfäre-State, também

Mavi Pacheco
(Diretora do Cress 7ª Região)

apropriadamente chamado de Estado de Mal-Estar, se traduz de forma clara e concreta na negação dos direitos sociais, no sucateamento dos serviços públicos e na "refilantropização" do social.

Nesse contexto, a pergunta para que serve o Serviço Social revela, além de uma curiosidade singela, o questionamento acerca da legitimidade social desta profissão. É fundamental que a categoria compreenda que o neoliberalismo não significa apenas a negação da responsabilidade do Estado com a questão social e a transferência para a sociedade de sua responsabilidade em enfrentá-la. O neoliberalismo representa também a tentativa de destruir a legitimidade profissional que o Serviço Social obteve por parte do Estado e do empresariado, no período da constituição do Estado Providência no país, nos anos 40.

Na minha opinião, portanto, é assim que a pergunta que a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro pôs a categoria dos assistentes sociais deve ser enfrentada. É nesta direção que o Cress vem atuando, buscando defender o exercício profissional através da política de fiscalização.

É preciso acabar com o preconceito

A hanseníase é uma doença que pode atingir pessoas de todas as raças e condições sociais. A possibilidade de cura e a chance reduzida de contágio não impedem que a doença ainda seja cercada de preconceitos e desinformações. O número de casos de hanseníase em áreas mais pobres, onde as condições de higiene são ruins, ainda é alto. No Brasil, essa doença continua a se proliferar nestas áreas.

Entre os dias 4 e 9 de agosto aconteceu o 16º Congresso Internacional de Hanseníase, no Carlton Bahia Hotel & Conference Resort, em Salvador. Nesse período, membros da Associação Internacional de Hanseníase (ILA) enfatizaram que as evidências indicam que a doença continuará a existir como um problema de saúde pública significativo durante muitos anos e que os serviços para detectar e gerenciar os casos de hanseníase devem, portanto, ser mantidos. Eles convocaram todos os interessados, inclusive os governos nacionais, organizações internacionais e organizações não-governamentais a revisarem suas recomendações e diretrizes quanto às atividades relacionadas à hanseníase, como, por exemplo, a suspensão de verbas para compra de remédios.

De acordo com Artur Custódio de Souza, coordenador do Movimento de Reintegração das Pessoas Portadoras de Hanseníase (Morhan-Telehansen-0800262001), a expectativa é que se possa sair rapidamente dos 329 municípios prioritários para atingir a totalidade do território nacional, pois o problema da hanseníase vai além da fronteira desses municípios.

Reconhecimento precoce

Quando a doença não é tratada, a pessoa pode sofrer sérias complicações nos nervos periféricos, chegando à deformidade física e a cegueira. Mas esse risco pode ser evitado, se os primeiros sinais forem detectados precocemente a pessoa buscar rapidamente o serviço público de saúde.

O projeto Reprehan (Reconhecimento Precoce da Hanseníase) desenvolve diversas atividades de combate sistemático à hanseníase. O Brasil ocupa o segundo lugar, logo após a Índia, em casos de hanseníase no mundo. Por isso, é preciso tomar sérias medidas de eliminação desta doença. Esse projeto é uma iniciativa da Ong IBISS (Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social), que recebe recursos da entidade NLR (Associação Holandesa de Combate à Hanseníase) e elabora métodos inovadores para que a população marginalizada possa atingir um nível de vida mais saudável.

Uma das metas do Reprehan, segundo o sociólogo Fabiano de Freitas e a assistente social Italuana Guimarães (membro da atual diretoria do Cress), é promover a capacitação de assistentes sociais para o reconhecimento precoce da hanseníase. Outro objetivo é treinar agentes de saúde sobre temas como: ética, preconceito e técnicas de abordagem da população. A idéia é mobilizar a sociedade civil no combate ao preconceito e no reconhecimento precoce da doença, nesta perspectiva é que o projeto coloca-se a disposição daqueles interessados em conhecer e compartilhar conhecimentos nessa temática. Mais informações no telefone 22208964 ou no site WWW.hansen.org.br.

Política de fiscalização tem destaque no Encontro Nacional

O 31º Encontro Nacional do conjunto CFESS/Cress foi realizado em Brasília (DF) entre os dias 1º e 4 de setembro e reuniu cerca de duzentos assistentes sociais de todo o país. O evento foi marcado por momentos de grande emoção, como a homenagem às assistentes sociais Ironives Pereira de Souza e Magali Nascimento Bitencourt (assistente social recentemente assassinada no local de trabalho, na Bahia) e várias discussões relevantes para a categoria como seguridade, diretrizes curriculares, entre outras. Mas foi a política nacional de fiscalização, o grande destaque entre os assuntos em debate.

Abertura

O primeiro dia foi reservado para o credenciamento dos participantes, que ocorreu com tranqüilidade. Formaram a mesa de abertura, representantes do CFESS, Abepss, Enesso e Cress 8ª Região. Em seguida houve a aprovação do Regimento Interno e a apresentação das delegações dos estados. A delegação do Rio de Janeiro foi composta pelos diretores Mavi Rodrigues, Claudete de Oliveira, Sandra Regina e Renato Veloso. Os diretores da Delegacia do Norte e Nordeste Fluminense, Leonardo Pessanha e Surana Monteiro e da Delegacia do Sul Fluminense, Ariane de Paiva. Os representantes de base foram Nádia Araújo, Grace Emrick, Maria da Conceição Soares e Tatiana Andrade. A agente fiscal do Cress (RJ), Nízia Maria dos Santos, participou como observadora.

“Direitos Humanos e as Novas Faces da Barbárie Capitalista: Violência se Combate com Direitos” foi o tema escolhido para abrir o encontro por ser um assunto que tem despertado um interesse cada vez maior da categoria e recebido uma atenção especial do conjunto CFESS/Cress. Essa mesa contou com os palestrantes Nelson Pellegrino, deputado federal (PT) e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e Maria Lúcia Silva Barroco, professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP. Depois do debate altamente qualificado houve o lançamento da agenda do assistente social para 2003 e do cartaz sobre Direitos Humanos. Um coquetel de confraternização fechou a programação da noite.



A palestra da professora doutora Maria Carmelita Yazbek, sobre “Os Desafios do Serviço Social na Atualidade Brasileira” abriu a programação do segundo dia do encontro. No início da tarde, o tema abordado foi a “Política de Educação Superior e das Diretrizes Curriculares. Estratégias de Luta”. A discussão sobre a política nacional de fiscalização foi o grande foco de atenção dos assistentes sociais no restante do dia. Para aprofundar o assunto foram formados quatro grandes grupos de trabalho. Em todos houve muita polêmica.

O terceiro dia do evento começou com importantes discussões nos grupos de trabalho de “Ética e Direitos Humanos”, “Administração e Finanças”, “Divulgação e Imprensa” e “Formação e Relações Internacionais”. A tarde foi reservada para tratar do tema “Seguridade Social Pública é Possível – Consolidando as Estratégias de Implementação”. Foi realizada também uma mesa-redonda com todas as representações do CFESS informando sobre as frentes de trabalho e apresentando uma agenda para o conjunto, seguida de de-

bate e aprovação da agenda.

Uma sociedade justa

A noite foi movimentada com uma mesa sobre “O Processo Eleitoral do País e o Projeto Ético-Político e Profissional”, que contou com a presença do assessor do senador eleito Cristóvam Buarque, Swedenberge Nascimento, e da professora da Universidade de Brasília, Ivanete Boschetti Ferreira. O primeiro falou sobre as dificuldades que

o presidente eleito terá que enfrentar e sobre a importância da participação coletiva junto ao governo. Ivanete empolgou os presentes com sua exposição. Enfatizou que a categoria tem como meta uma sociedade justa e não uma sociedade mais justa. Defendeu a necessidade de se socializar a riqueza produzida no país e de se analisar de que forma o projeto profissional dos assistentes sociais pode ser construído na atual perspectiva eleitoral, pois é preciso estar ciente que um novo governo terá um orçamento apertado e com poucas possibilidades de manobras.

Em seguida, houve uma importante explanação, com apresentação de vídeo, sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Foi lembrado que o projeto vem sendo imposto pelos Estados Unidos e tem como objetivo consolidar o projeto neoliberal no continente, enterrar a soberania nacional dos países em desenvolvimento, beneficiando unicamente a economia norte-americana. No final da noite foi lida a “Carta Aberta dos Assistentes Sociais Brasileiros aos Candidatos à Presidência da República e Governos Estaduais”, manifestando as intenções e propostas da categoria. A leitura da carta foi seguida do lançamento do cartaz “Voto Consciente”.

No último dia uma grande plenária aprovou as deliberações finais do encontro. Depois, houve uma avaliação e prestação de contas do evento. O 31º Encontro Nacional foi encerrado com um momento cultural. As apresentações culturais, que permearam todo o encontro, foram todas politicamente engajadas com o Projeto Ético-Político da categoria.

DIRETRIZES CURRICULARES

Um debate importante do encontro foi sobre as estratégias de luta face às violações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) às diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, uma questão que tem mobilizado a categoria. As diretrizes curriculares materializam a construção coletiva de um projeto para a formação profissional dos assistentes sociais de todo o país. O texto, homologado pelo MEC, apresenta cortes e alterações de conteúdo considerados fundamentais por todas as entidades representativas da categoria,

descaracterizando a direção social e a base dos conhecimentos e habilidades essenciais ao desempenho do assistente social.

Para evitar esse desmonte das diretrizes, várias alternativas de luta já foram apontadas pelo CFESS, Abepss, Enesso e representantes dos Cress's. Entre elas, denunciar em todo o país o que está acontecendo usando estratégias de articulação com outros profissionais que enfrentam as mesmas dificuldades, como a OAB, por exemplo, e com o movimento social organizado.